

---

## **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera): uma proposta de avaliação em profundidade**

## **National Agrarian Reform Education Program (Pronera): a proposal for in-depth evaluation**

## **Programa Nacional de Educación en la Reforma Agraria (Pronera): una propuesta de evaluación en profundidad**

## **Le Programme National d'Éducation de la Réforme Agraire (Pronera) : une proposition d'évaluation en profondeur**

*Vânia Maria Vasconcelos de Castro\**  
*Conceição Coutinho Melo\*\**

**Resumo:** O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera surge, no final da década de 1990, como uma resposta governamental à pressão de vários atores sociais que se mobilizaram pela institucionalização e ampliação da Educação do Campo. No entanto, somente em 2010, o Pronera é implementado como política pública. Desde sua criação, duas pesquisas com abordagem quantitativa foram realizadas – I e II Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pnera) pelo Incra/Inep. Em suas análises, principalmente os resultados quantitativos dessas pesquisas são levados em consideração. Devido à importância dessa política para movimentos sociais, universidades e populações do campo, atentamos para a necessidade de realizar uma avaliação em âmbito nacional, que leve em consideração a compreensão e a interpretação dessa política junto aos sujeitos sociais envolvidos, por se tratar de uma abordagem adequada dentre as possibilidades teórico-metodológicas no campo de avaliação em políticas públicas – a Avaliação em Profundidade.

**Palavras-chave:** Pronera, política pública, avaliação em profundidade.

---

\* Mestre em Avaliação em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará – UFC/MAPP, especialista em Agricultura Familiar-Camponesa e Educação do Campo pela Universidade Federal do Ceará – UFC, graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. E-mail: [vania\\_mvc@yahoo.com.br](mailto:vania_mvc@yahoo.com.br)

\*\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS/PGDR, especialista em Agricultura Familiar-Camponesa e Educação do Campo pela Universidade Federal do Ceará – UFC, graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário do Incra - SR 11/RS. E-mail: [ceicao4@yahoo.com.br](mailto:ceicao4@yahoo.com.br)

**Abstract:** The National Agrarian Reform Education Program – Pronera – arises in the late 1990s as a government’s response to the pressure from various social actors that rallied to the institutionalization and expansion of Rural Education. It is only in 2010 that Pronera is implemented as a public policy. Since it first appeared, two quantitative surveys have been carried out by Incra/Inep – 1<sup>st</sup> and 2<sup>nd</sup> National Survey of Agrarian Reform Education (Pnera) – and the analyses of these surveys focus mainly on the quantitative results. The importance of such policy for the social movements, universities, and rural populations pushes to the development of a national evaluation that takes into account the way the social subjects involved perceive and understand it. Among the possible theoretical and methodological approaches in the field of public policy evaluation, the in-depth evaluation has proved to be the most appropriate one.

**Keywords:** Pronera, public policy, in-depth evaluation.

## Introdução

O presente artigo busca apresentar a trajetória da criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), contextualizando-o desde o cenário em que se deu a articulação entre diversos atores sociais na tentativa de efetivar políticas de educação para as populações do campo até a institucionalização do programa como política pública.

Desde sua criação, foram realizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) duas pesquisas com abordagem quantitativa – I e II Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pnera) –, que, em suas análises, levaram em consideração os resultados desses dados. Entretanto, sabemos que os dados quantitativos possuem sua importância no contexto de programa em percurso, porém muito destes dados advêm de resultados de modelos tradicionais que não conseguem dar conta da complexidade dos objetivos perseguidos pelo programa, das transformações ocorridas no processo de intervenção social e, principalmente, das relações entre os sujeitos envolvidos, em que pese o esforço empreendido para a análise qualitativa frente a esses dados.

Dentre as inúmeras abordagens no campo da avaliação em política pública e diante da limitação das abordagens positivistas em que se encontram algumas análises do Pronera, consideramos pertinente propor a realização de uma avaliação com abordagem hermenêutica deste programa, levando em consideração quatro

eixos analíticos: 1) a análise da trajetória institucional; 2) a análise do conteúdo da política; 3) a análise da configuração temporal e territorial; 4) a análise de contexto da política pública em questão.

### **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera: política pública conquistada**

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6.º, reconhece a educação como um direito fundamental de natureza social. Além disso, no artigo 205, a educação é reconhecida como um direito de todos, estabelecendo assim sua universalidade. Como direito universal, deve ser prestado sem distinção de classe, etnia, raça, idade, sexo, ou qualquer outra forma de discriminação, conforme artigo 3.º, inciso IV (BRASIL, 1988). Todavia, a implementação dos direitos constitucionais demanda a escolha de alvos prioritários, grupos que não estejam na mesma condição de carência ou vulnerabilidade (Duarte, 2007).

Diante da dicotomia campo-cidade gerada pelo histórico político, social e econômico da realidade brasileira, em que pese estar sendo cada vez mais permeável pelas relações atuais entre as cidades e o campo, o rural necessita de políticas específicas, as quais, na década de 1990 e início dos anos 2000, surgem principalmente como resposta às reivindicações dos movimentos sociais.

A partir dos anos 1990, as tensões sociais entre governo federal e movimentos sociais rurais, notadamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), resultaram em diversas mobilizações e, conseqüentemente, no atendimento de parte das reivindicações para o rural, principalmente para os assentados de Reforma Agrária.

Essas conquistas não foram sem conflitos. Durante o período do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, ocorreram, dentre outros conflitos de terra, dois massacres de trabalhadores rurais sem terra – Corumbiara (RO) em 1995 e Eldorado de Carajás (PA) em 1996) – que repercutiram nacional e internacionalmente, culminando numa grande mobilização do MST – Marcha Nacional a Brasília – com a participação de, aproximadamente, cem mil pessoas. Diante disso, o governo se viu "obrigado" a dar algumas respostas, as quais se deram por meio do marco jurídico e de políticas para os assentamentos rurais.

Este foi o pano de fundo da criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera, que surge como programa governamental e, por este motivo, com imprevisibilidade de continuidade.

O Pronera teve seu marco político em meados de julho de 1997, quando ocorreu o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (Enera) na Universidade de Brasília (UnB). Este encontro foi promovido pelo MST, a própria UnB, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Em 1998, em Luziânia (GO), estes mesmos atores sociais promoveram a 1.<sup>a</sup> Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. A partir desta conferência, deu-se início a uma Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, que defende o campo como um espaço de vida digna e a construção de uma educação voltada à realidade concreta das famílias rurais.

A complexidade das condições socioeconômicas e educacionais das populações rurais exige maior coerência na construção de estratégias que visem alavancar a qualidade da Educação do Campo. Desenhar políticas que busquem suprir as enormes desigualdades no direito ao acesso e à permanência na escola para este grupo faz parte desta estratégia, dito de outra forma: o que se busca não é somente a igualdade de acesso “tolerada” pelos liberais, mas fundamentalmente a igualdade de resultados. (Molina, 2008, p. 28).

Essa forte pressão política sobre o Estado e o acúmulo de ações, discussões, articulações para atendimento às famílias rurais de acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária – para as quais a Educação Rural, além de não dar conta quantitativamente da demanda, possuía uma metodologia de ensino desconectada da realidade dessas famílias – proporcionaram a criação do Pronera, mediante Portaria do Ministério Extraordinário da Política Fundiária n.º 10, de 16 de abril de 1998, sendo executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra.

Nesta portaria, destaca-se o objetivo do Pronera de fortalecer a educação nos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, utilizando metodologias específicas para o campo, que contribuíssem para o desenvolvimento rural sustentável dos Projetos de Assentamentos (Brasil, 1998).

Desde a sua origem, o Pronera permanece utilizando a Pedagogia da Alternância<sup>i</sup> com carga horária e atividades definidas para os tempos educacionais: Tempo Escola e Tempo Comunidade.

Nesta forma de realização de cursos, o adulto e/ou o jovem do rural aliam o estudo formal com suas atividades agropecuárias, alternando o Tempo Escola – que é basicamente compreendido pelo tempo presencial, com aulas teóricas, seminários, oficinas etc. – e o Tempo Comunidade – compreendido pelas atividades nas quais os estudantes vivenciam, experimentam e formulam estratégias no meio em que vivem. Dessa forma, à medida que conjugam saberes familiares com os apreendidos na escola vão adquirindo neste processo a capacidade de saber e de atuar.

Em 2005, foi publicado o resultado da I Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária - I Pnera<sup>ii</sup>, realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra/Pronera e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. Dentre os dados apresentados, estão os que indicavam que 23% da população dos assentamentos se declaravam não alfabetizados. Os ensinos fundamental e médio eram negligenciados para esta população.

Em razão desses resultados, o Pronera amplia sua oferta de cursos em diferentes níveis, incluindo o ensino superior, que já se constituía como demanda do MST. Além disso, outra conquista que contribuiu para sua institucionalização enquanto política pública foi sua inclusão no Plano Plurianual – PPA 2004/2007 como ação específica no Orçamento Geral da União – OGU.

Assim, a partir do OGU de 2005, o Pronera passou a integrar o orçamento da União com previsão de recursos para a execução de suas ações, o que constituiu mais um avanço na perspectiva do planejamento das ações, uma vez expressa a publicidade e o compromisso do governo em executá-las. (Santos, 2012, p. 631).

Outra importante conquista deu-se com a inclusão do art. 33 na Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 33 - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera, a ser implantado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra. Parágrafo único. Ato do Poder Executivo disporá sobre as normas de funcionamento, execução e gestão do Programa. (Brasil, 2009).

O Pronera, apesar de ter sido criado em 1998, torna-se reconhecido normativamente como política pública somente a partir do Decreto n.º 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo (Brasil, 2010).

A lei e o decreto constituem avanços no que se refere ao novo *status* conferido ao Pronera, de política permanente, instituída no âmbito do ordenamento jurídico do estado brasileiro, sendo estes os instrumentos necessários à continuidade da política independentemente do governo em exercício (Santos, 2012, p. 631).

O que se manifestava como debate das práticas pedagógicas e reivindicação da articulação entre movimentos sociais, igreja e universidades hoje vem se materializando, em que pesem as limitações orçamentárias e de universalização. Segundo Santos (2012), o Pronera é:

Uma política pública do governo federal, específica para a educação formal de jovens e adultos assentados da reforma Agrária e do crédito fundiário e para a formação de educadores que trabalham nas escolas dos assentamentos ou do seu entorno e atendam a população assentada. (Santos, 2012, p. 629).

Esse *status* de política pública não se deu apenas pelo ambiente político propício, mas também pelo esforço empreendido entre todos os parceiros na atuação desse programa em todo o país, demonstrando alguns de seus resultados.

O terceiro Manual de Operações do Pronera (Brasil, 2011) apresenta alguns dados da Pesquisa Sobre Qualidade na Reforma Agrária – PQRA, realizada pelo Incra em 2010. Esses dados da amostragem sobre a educação em assentamentos rurais demonstram, em geral, a baixa escolaridade entre os assentados de todo o país e o decréscimo da taxa de analfabetismo entre a população assentada no país – que caiu de uma média de 23% (apontado pela I Pnera) para uma média de 15,58% –, queda apontada como resultado da atuação efetiva do Pronera junto a esta população (Brasil, 2011, p. 12).

Apesar da limitação no atendimento à população do campo, voltando-se prioritariamente para os assentados da Reforma Agrária e para o público do crédito fundiário, a prerrogativa de acesso à educação, e mais especificamente à Educação do Campo, vem se materializando pouco a pouco por meio do Pronera.

## **Breves reflexões acerca das abordagens teórico-metodológicas no campo da avaliação em política pública**

A literatura no campo da avaliação de políticas públicas registra um imenso acervo e uma diversidade de conceitos com critérios diferenciados, especialmente quanto ao tipo de abordagem a ser elaborada no âmbito da pesquisa avaliativa. Dentre diversos conceitos e critérios, percebemos que não há um consenso diante da complexidade apresentada neste campo de estudo, pois cada abordagem a ser realizada exigirá do avaliador uma concepção epistemológica de mundo no processo de compreensão de um determinado fenômeno.

Para o empreendimento utilizado neste campo de estudo tomamos como referência Silva (2008) e Rodrigues (2008), que, em nosso entendimento, apresentam contribuições relevantes no campo da pesquisa avaliativa, propondo ampliar o entendimento dos processos avaliativos no campo de políticas públicas de corte social na modalidade de pesquisa social aplicada.

Evidentemente que as demais abordagens podem ter relevância em âmbito organizacional e gerencial, mas, quando se trata de uma pesquisa avaliativa no campo científico, faz-se necessário especificar não só o posicionamento quanto à escolha do tipo de avaliação que melhor possibilite responder às questões que delineiam o objeto da pesquisa avaliativa, a escolha do método, dos procedimentos e das técnicas a serem utilizadas, mas também o caráter epistemológico da pesquisa avaliativa.

Silva (2008) aponta que um único procedimento e uma única fonte de informação não são suficientes para realizar uma avaliação. Quanto aos procedimentos e informantes em qualquer tipo de avaliação, esta deverá ser condicionada pelo estabelecimento de objetivos e critérios, isto é, pela dimensão política. O ato de avaliar não é uma atividade neutra; o método e os procedimentos deverão estar condicionados ao objeto e aos objetivos da proposta de avaliação.

Ainda citando Silva (2008), esta afirma que é necessário ter por base uma metodologia que não se reduza a procedimentos, mas que envolva a concepção teórica da própria avaliação e de seu objeto, o que contribuirá para a produção de novos conhecimentos teórico-metodológicos, com vistas a novas práticas de

transformação das políticas e à transparência em ações públicas (Silva, 2008, p. 89).

Acontece que parte destes procedimentos citados por Silva (2008) são encontrados nos tradicionais modelos positivistas de avaliação. Em nosso entendimento, as abordagens positivistas não conseguem dar conta da complexidade dos objetivos perseguidos pelos programas sociais, das transformações ocorridas no processo de intervenção social e, principalmente, das relações entre os sujeitos envolvidos.

Já Rodrigues (2008) avança na discussão epistemológica da pesquisa avaliativa. A autora revela que as diferentes abordagens se agrupam em duas distintas propostas: uma, majoritária, que compreende avaliação como medida e julgamento; outra, minoritária, em que se insere a abordagem interpretativa, que privilegia o sentido de compreensão e interpretação dos fenômenos, pois “eleger uma ou outra concepção, portanto, faz toda a diferença” (Rodrigues, 2008, p. 64).

Rodrigues (2008) corrobora o pensamento de Lejano (2006). Ambos os autores são críticos às abordagens positivistas, propõem uma tipologia de avaliação em políticas públicas pautada no paradigma hermenêutico, que privilegia a interpretação, o contexto, a noção de processo, as abordagens de dentro das situações estudadas.

Enquanto Silva (2008) atenta para métodos e procedimentos de análise que, conforme nosso entendimento, estão fundamentados em abordagens positivistas que consideram os processos lineares e – como já mencionamos – não dão conta da complexidade dos fenômenos estudados, Rodrigues (2008) imprime uma concepção de avaliação mais profunda, que procura compreender os processos de forma não linear e mais abrangente no campo de avaliação de políticas públicas.

Esta perspectiva da avaliação em profundidade vem sendo desenvolvida no âmbito do curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (Mapp/UFC), pois:

A avaliação em profundidade considera as múltiplas dimensões da experiência e do entendimento, atentando para a complexidade dos fenômenos – seu caráter processual, contextual, dinâmico e flexível – , só apreensível pelo entendimento de sua realização na prática, o que confere à noção de experiência um lugar central (Rodrigues, 2008, p. 64).

A proposta de realizar uma avaliação em profundidade do Pronera parte da



necessidade de analisar esta política pública a partir da perspectiva multidimensional, abordando quatro eixos analíticos que consideramos relevantes, dada a complexidade das forças políticas bem como os sujeitos envolvidos neste processo.

Como primeiro eixo, teríamos a análise da Trajetória Institucional desta política pública com a finalidade de apreender o grau de coerência ou dispersão dos objetivos do programa consoante o trânsito deste pelas vias institucionais, abordando pontos fundamentais referentes à percepção de mudanças no sentido dado aos objetivos da política por cada instância (ministérios, Incra, universidades envolvidas, professores, estudantes) e pela dinâmica local da política – atenção à dimensão cultural dos espaços institucionais.

Como segundo eixo, a abordagem estaria na análise do conteúdo do programa. As dimensões acerca de sua formulação, objetivos e critérios. Neste tópico, a análise deverá levar em consideração a compreensão, isto é, se há uma coerência interna ou contradições entre as bases conceituais que informam o programa, a formulação de sua implementação, os itens priorizados para seu acompanhamento, monitoramento e avaliação e o contexto onde este foi implantado.

Já para a análise da configuração temporal e territorial, o foco estaria no percurso da política estudada. Assim, deverão ser confrontadas as diretrizes dessa política pública com as especificidades locais onde o programa foi implantado, sua historicidade e dimensão cultural. A análise deverá apontar se há uma relação direta entre mudanças na interpretação com a realização da política e as particularidades locais, históricas e/ou culturais.

Por fim, o eixo da análise de contexto, que teria como finalidade levantar dados referentes ao momento político e às condições socioeconômicas em que foi formulada a política em estudo. Assim, seriam abordadas as mudanças contextuais em percurso até o momento da avaliação. Também se daria atenção ao marco legal que ampara a política, articulando-o aos contextos referidos nos itens anteriores, e ao levantamento de outras políticas e programas correlacionados à política em foco.

## **Considerações finais**

Destacamos o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera, como uma política que, em seus princípios e objetivos, pretende atender as

especificidades de populações do campo, que historicamente foram constituidores de coletivos feitos desiguais (Arroyo, 2010), não apenas no âmbito de diferenças econômicas, mas também na dimensão do não reconhecimento de direitos, como, por exemplo, o direito à educação específica.

A materialização do direito à Educação do Campo configura-se como importante instrumento com potencial para diminuir as desigualdades e expandir as capacidades dos indivíduos para fazerem o que desejam. “É a compreensão da ideia do direito a ter direitos que fundamenta a ação dos movimentos sociais como demandantes do que está previsto na lei, mas não materializado na realidade social” (Molina, 2008, p. 23).

A experiência pedagógica do Pronera tem sido analisada por diversos autores, demonstrando que há uma real diferença nos tempos pedagógicos nas escolas da Educação do Campo e nas escolas da Educação Rural. Estas experiências, porém, nem sempre são bem recepcionadas em algumas instituições de ensino superior, ou até mesmo em diferentes cursos de uma mesma universidade.

Em âmbito governamental, também há conflitos de interesse entre ministérios e dentro da própria autarquia que executa o Pronera. Dentre os movimentos sociais, também é presente o conflito sobre estratégias e concepções relacionadas à Educação do Campo.

Essas e outras variáveis são importantes para serem analisadas em conjunto, integradas aos resultados quantitativos da I e II Pnera; contudo, necessitam de uma articulação entre parceiros que aceitem este desafio, pois a proposta desta pesquisa avaliativa fundamentada na abordagem hermenêutica busca contribuir para a produção de novos aportes teóricos e metodológicos no campo da avaliação comprometida com a transformação da realidade social.

## Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. *Políticas Educacionais e Desigualdades: à procura de novos significados. Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out/dez, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da

alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, n.113, p.2-4, 16 de jun. de 2009. Seção 1.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, n. 212, p.1-3, 5 de nov. de 2010. Seção 1.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA. Portaria/Incra/P/n.º 238, de 31 de maio de 2011. Aprova Manual de Operações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, n. 105, p. 169, 2 de jun. de 2011. Seção 1. Boletim de serviço/INCRA, n. 23, de 6 de jun. de 2011.

\_\_\_\_\_. Portaria do Ministro Extraordinário da Política Fundiária n.º 10, de 16 de abril de 1998. Cria o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, vinculando ao Gabinete do Ministro e aprova o seu Manual de Operações, *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, n. 24, p. 33, 24 de abr. de 1998. Seção 1.

DUARTE, Clarice Seixas. A educação como um direito fundamental de natureza social. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100, Especial, p. 691-713, out, 2007.

LEJANO, Raul Perez. *Frameworks for policy analysis: merging text and context*. New York: Routledge, 2006.

MOLINA, Mônica Castagna. A Constitucionalidade e a Justicibilidade do Direito à Educação dos Povos do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (ORG.). *Educação do Campo: campo – políticas públicas – educação*. Brasília: INCRA/MDA, 2008.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. *Revista Aval*. Fortaleza, n. 1, p.7-15, jan/jun, 2008.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SILVA, Maria Ozanira Silva e (org.). *Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática*. São Paulo: Veras Editora, 2008.

### Notas

---

<sup>i</sup> A experiência da Pedagogia da Alternância vem ocorrendo no Brasil, especialmente a partir da década de 1960, quando, no Espírito Santo, um grupo de educadores implementou as primeiras Escolas Família Agrícolas - EFAs, a partir das experiências francesas.

---

<sup>ii</sup> Está sendo realizada a II Pnera pelas mesmas entidades da I Pnera, com previsão de publicação de seus resultados quantitativos em 2015 e com a formação de um banco de dados do Pronera, denominado Datapronera.

**Resumen:** El Programa Nacional de Educación en la Reforma Agraria (Pronera) surge al final de la década de 1990, como una respuesta del gobierno a la presión de los diversos actores sociales que se movilizaron en favor de la institucionalización y la expansión de la educación rural. Sin embargo, sólo en 2010, el Pronera se implementa como política pública. Desde su creación, dos investigaciones se llevaron a cabo utilizando un enfoque cuantitativo – I y II Investigación Nacional de Educación en la Reforma Agraria (Pnera) por el Incra/Inep. En su análisis, en especial los resultados cuantitativos de estas investigaciones se tienen en cuenta. Debido a la importancia de esta política para los movimientos sociales, las universidades y las poblaciones del campo, nos fijamos en la necesidad de realizar una evaluación a nivel nacional que tenga en cuenta la comprensión e interpretación de esa política en relación con los sujetos sociales involucrados, porque es un enfoque adecuado a partir de las posibilidades teóricas y metodológicas en evaluación en el campo de la política pública – la evaluación en profundidad.

**Palabras clave:** Pronera, política pública, evaluación en profundidad.

**Résumé :** Le Programme National d'Éducation de la Réforme Agraire – PRONERA – naît à la fin des années 1990 comme une réponse de la part du gouvernement à la pression des divers acteurs sociaux qui se sont mobilisés pour l'institutionnalisation et l'expansion de l'éducation rurale. Il faut dire que c'est seulement en 2010 que ce programme a été implémenté en tant que politique publique. Depuis sa création, deux études quantitatives ont été réalisées par l'Incra/Inep – Les 1<sup>ere</sup> et 2<sup>e</sup> Études Nationales de l'Éducation dans le domaine de la Réforme Agraire (Pnera). En ce qui concerne l'analyse, on se concentre sur les résultats quantitatifs de ces études. Étant donné l'importance de cette politique pour les mouvements sociaux, les universités, et les populations rurales, on souligne la nécessité d'entreprendre, à l'échelle nationale, une évaluation qui prenne en considération les avis des sujets impliqués. Pour ce faire, l'évaluation en profondeur est la plus appropriée parmi les possibilités théoriques et méthodologiques dans le domaine de l'évaluation en politiques publiques.

**Mots-clés:** Pronera, politique publique, évaluation en profondeur.

Recebido em: 05/01/2015

Aceito em: 26/01/2015